



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

1ª REVISÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

PAA 2018

Processo 2017/00224004

Setembro/2018



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. ATIVIDADES DE AUDITORIA NAS ÁREAS:	5
1.1 ADMINISTRATIVA	5
1.1.1 Auditoria no contrato de telefonistas.....	5
1.1.2 Auditoria no contrato de digitadores	5
1.1.3 Fiscalização em unidade administrativa predial – Fórum	5
1.2 ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	5
1.2.1 Auditoria operacional no cadastro de servidores.....	5
1.2.2 Auditoria em afastamento para cargos eletivos.....	5
1.2.3 Auditoria nos critérios adotados para cotas de deficientes e negros no concurso público do TJSP	6
1.2.4 Auditoria operacional em cadastro dos Magistrados	6
1.3 ÁREA DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	6
1.3.1 Auditoria de gestão de pagamentos de notas fiscais – Fase 2.....	6
1.3.2 Auditoria operacional na aplicação da isenção de ICMS na aquisição de bens.....	6
1.3.3 Consultoria – Revisão do catálogo do ALX – Fase 2.....	6
1.3.4 Acompanhamento de liberação de valores inscritos em RP.....	6
1.3.5 Análise de regularidade de despesas com verba de representação	7
1.3.6 Monitoramento dos trabalhos realizados:	7
1.3.7 Auditoria de conformidade do relatório de gestão fiscal	7
1.4 ÁREA DE GESTÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL	8
1.4.1 Auditoria Operacional sobre tributo incidente no faturamento de TI.....	8
1.4.2 Fiscalização em unidade administrativa predial – Fórum	8
1.4.3 Auditoria referente à contabilização de despesas	8
1.4.4 Nota Técnica – limites aceitáveis de BDI – Fase 1.....	8
1.4.5 Monitoramento de trabalhos realizados:	8
1.5 ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9
1.5.1 Auditoria operacional para medir o nivelamento de TI.....	9
1.5.2 Ação Coordenada do CNJ na área de TI (Parecer 7/2014-SCI/Presi/CNJ)	9
1.5.3 Auditoria para avaliar a operacionalidade do Data Center	9
1.6 ÁREA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	10
1.6.1 Auditoria de gestão/operacional para verificar as condições de acessibilidade em prédios do TJ/SP.....	10
1.6.2 Auditoria de gestão/operacional em contratos de obras e serviços de engenharia.....	10
1.6.3 Auditoria dos pareceres do Grupo Técnico de Assessoria Jurídica - GTAJ e os atos deles decorrentes.....	10
2. APOIO AO CONTROLE EXTERNO (TCE/SP)	10
3. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	10
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	11



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 9º da Resolução nº 171/2013 do Conselho Nacional de Justiça, apresentamos a Revisão do Plano Anual de Auditoria de 2018, estabelecendo os assuntos a serem abordados nas Unidades Administrativas do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Esta revisão alterou algumas atividades previstas na última edição do Plano de Auditoria de Longo Prazo em decorrência das auditorias especiais requisitadas pela E. Presidência e de observações feitas no transcorrer deste exercício. Em decorrência do determinado no v. Acórdão proferido nos autos do processo nº 0000744-92.2018.2.00.0000, foram, também, acrescentadas as auditorias abaixo relacionadas:

- Auditoria operacional no cadastro de Magistrado.
- Auditoria dos pareceres do Grupo Técnico de Assessoria Jurídica – GTAJ e os atos deles decorrentes;

As auditorias proporcionarão ações preventivas e de orientação às unidades administrativas com o objetivo de assegurar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, publicidade e transparência das gestões administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, fornecendo o adequado apoio à Alta Administração no gerenciamento de recursos públicos.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

1. ATIVIDADES DE AUDITORIA NAS ÁREAS:

1.1 ADMINISTRATIVA

1.1.1 Auditoria no contrato de telefonistas

Verificar a gestão de riscos da terceirização dessa função e avaliar a possibilidade de conversão do serviço com utilização de alternativas oferecidas no mercado de telefonia virtual.

1.1.2 Auditoria no contrato de digitadores

Verificar a gestão de riscos da terceirização dessa função e análise da execução contratual.

1.1.3 Fiscalização em unidade administrativa predial – Fórum

Verificar a utilização da rede de suprimentos para abastecimento de estoque (controle e distribuição de materiais), os procedimentos envolvendo o controle e a distribuição dos materiais; a fiscalização dos contratos de serviços terceirizados pelo Administrador predial.

1.2 ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

1.2.1 Auditoria operacional no cadastro de servidores

Análise nos procedimentos adotados para anotação dos registros pessoais e funcionais dos servidores.

1.2.2 Auditoria em afastamento para cargos eletivos

Análise nos procedimentos para afastamento de servidor para campanha eleitoral.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

1.2.3 Auditoria nos critérios adotados para cotas de deficientes e negros no concurso público do TJSP

Verificar os critérios adotados para cotas de deficientes em relação à perícia médica e negros referentes à comissão de avaliação.

1.2.4 Auditoria operacional em cadastro dos Magistrados

Análise na gestão e procedimentos para anotação dos registros no cadastro dos Magistrados, com seus respectivos reflexos na conformidade nos pagamentos de auxílio moradia, deduções por dependentes de Imposto de Renda e correlação do subsídio com a entrância designada.

1.3 ÁREA DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1.3.1 Auditoria de gestão de pagamentos de notas fiscais – Fase 2

Mitigar os pagamentos intempestivos de ISSQN, em casos de retenção na fonte, a fim de diminuir as despesas com juros e multas.

1.3.2 Auditoria operacional na aplicação da isenção de ICMS na aquisição de bens

Verificar a observância da isenção de ICMS nas aquisições efetuadas de empresas do Estado de São Paulo.

1.3.3 Consultoria – Revisão do catálogo do ALX – Fase 2

Uniformizar os critérios e procedimentos de utilização do sistema de almoxarifado - ALX como ferramenta de gestão de materiais.

1.3.4 Acompanhamento de liberação de valores inscritos em RP

Agilizar os trâmites para liberação de valores inscritos em Restos a Pagar – RP a fim de disponibilizar recursos orçamentários.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

1.3.5 Análise de regularidade de despesas com verba de representação

Verificar a conformidade da utilização dos recursos em relação às normas pertinentes.

1.3.6 Monitoramento dos trabalhos realizados:

- Desoneração da folha de pagamento em contratos de obras.
- Conformidade de valores (plantão) e atestes de serviços de TI.
- Fiscalização de Fórum.

1.3.7 Auditoria de conformidade do relatório de gestão fiscal

Verificar o controle da despesa com pessoal em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

1.4 ÁREA DE GESTÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL

1.4.1 Auditoria Operacional sobre tributo incidente no faturamento de TI

Verificar a veracidade das informações prestadas pelas empresas de informática nas Planilhas de Custo e Formação de Preços, acostadas ou não nos contratos, quanto a imposto(s) incidente(s) sobre o faturamento, com o propósito de averiguar a correlação existente entre os valores cobrados do Tribunal e os efetivamente recolhidos ao fisco.

1.4.2 Fiscalização em unidade administrativa predial – Fórum

Verificar a conformidade dos procedimentos e das prestações de contas referentes aos gastos efetuados com recursos da verba distribuída, a utilização dos sistemas de controle patrimonial e de veículos.

1.4.3 Auditoria referente à contabilização de despesas

Verificar os procedimentos adotados nas contabilizações realizadas por esta E. Corte a fim de estabelecer padrões de acordo com as normas aplicáveis a contabilidade pública.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

1.4.4 Nota Técnica – limites aceitáveis de BDI – Fase 1

Promover estudo sobre os limites aceitáveis de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI na formação de preços das contratações de serviços de Informática.

1.4.5 Monitoramento de trabalhos realizados:

- Tributos incidentes no faturamento de serviço de TI.
- Diferenças remuneratórias das Planilhas de Formação de Preços versus Folha de Pagamento.
- Desoneração da Folha de Pagamento em contratos de TI
- Resolução CNJ nº 98/09 – RA 03/2013.
- Fiscalização de Fórum.

1.5 ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.5.1 Auditoria operacional para medir o nivelamento de TI

Verificar a adequação do Tribunal aos requisitos de nivelamento de tecnologia da informação do Poder Judiciário definidos na Resolução nº 211/2015 do CNJ, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

1.5.2 Ação Coordenada do CNJ na área de TI (Parecer 7/2014-SCI/Presi/CNJ)

Ação Coordenada de Auditoria, com escopo na avaliação de conteúdos estabelecidos para governança, gestão, riscos e controle de TIC, considerando projetos, processos, riscos e resultados de TI em comparação com padrões internacionalmente aceitos como COBIT, PMBOK, ITIL, CMMI, ISO 17799 e ISO 27001, bem como com as Resoluções CNJ nº 91/2009, nº 182/2013 e nº 211/2015.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

Na hipótese de cancelamento da ação, será realizada auditoria para verificar o resultado das metas de TI, estabelecidas no Planejamento Estratégico Institucional.

1.5.3 Auditoria para avaliar a operacionalidade do Data Center

Verificar os requisitos mínimos de processamento e armazenamento de dados; ativos de rede e de segurança, com o intuito de maximizar a disponibilidade dos serviços essenciais e sistemas estratégicos.

1.6 ÁREA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

1.6.1 Auditoria de gestão/operacional para verificar as condições de acessibilidade em prédios do TJ/SP

Verificar a observância aos critérios de acessibilidade em prédios utilizados pelo Tribunal.

1.6.2 Auditoria de gestão/operacional em contratos de obras e serviços de engenharia

Analisar a regularidade de contratos de obras e serviços de engenharia da capital.

1.6.3 Auditoria dos pareceres do Grupo Técnico de Assessoria Jurídica - GTAJ e os atos deles decorrentes

Verificar a incidência de pareceres do GTAJ e os desdobramentos de possíveis orientações deles nas contratações de obras e serviços de engenharia.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2. APOIO AO CONTROLE EXTERNO (TCE/SP)

Apoiar o TCESP e acompanhar os setores da Administração na auditoria anual realizada no TJSP, conforme dispõe o artigo 564, Seção XIII, Capítulo I, Título III da Instrução TC 01/2008 e inciso V, artigo 2º, da Portaria 7.800/2010.

3. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Aprimoramento técnico para o desenvolvimento das atividades de auditoria interna por meio de leitura de livros e revistas técnicas, DJE, nos sites do CNJ, TCE, TCU, SEFAZ, SPRD, nos sistemas SIAFEM e SIGEO, além da participação em cursos presenciais e EAD ministrados pelo TJ/EJUS, CNJ, TCU, FAZESP e outras instituições, com especial enfoque no curso do IIA Brasil – AUDI II, formação de auditores em nível avançado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades de controle interno no exercício de 2018 poderão ser alteradas para adequações diante de eventuais necessidades operacionais desta Diretoria de Controle Interno ou em razão de recomendações do C. CNJ, mediante prévia anuência da E. Presidência desta C. Corte.

As equipes serão definidas no decorrer do planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos.

São Paulo, 25 de setembro de 2018.

(Assinado digitalmente)

Dulce Toyoko Kuniyoshi
Coordenadora
DCI 2

(Assinado digitalmente)

Eleni Pazin
Coordenadora
DCI 3

(Assinado digitalmente)

Douglas Alaor Franco Martins
Coordenador
DCI 4

(Assinado digitalmente)

Renato Yoshinobu Kuba
Diretor
DCI



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr., 19º andar - sala 1904 - (11) 2171-6509 - dci@tjsp.jus.br

Processo 2017/00224004

CONCLUSÃO

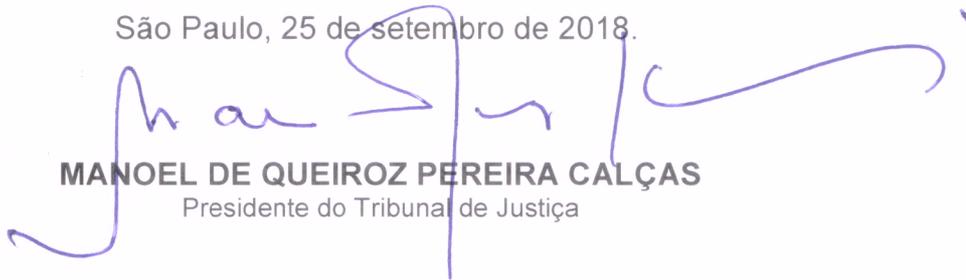
Em 25 de setembro de 2018, faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Desembargador **MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS**, DD. Presidente do Tribunal de Justiça.


RENATO YOSHINOBU KUBA
Diretor de Controle Interno

Acolho as Informações nº 68/18, 72/18 e 73/18 para alteração do Plano Anual de Auditoria (PAA de 2018) e do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP 2018-2021).

Republiquem-se o PAA 2018 e o PALP 2018-2021, revisados, no Portal de Transparência desta E. Corte.

São Paulo, 25 de setembro de 2018.


MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS
Presidente do Tribunal de Justiça